



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO  
PRIMEIRO PERÍODO DA SEGUNDA SESSÃO  
LEGISLATIVA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA.

No sexto dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém - CMB sob a presidência do vereador Amaury da APPD. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Em seguida, o presidente abriu a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Roni Gás tratou do transporte público em nossa capital, ressaltando o sofrimento das pessoas com o péssimo serviço prestado pelas empresas, esperando os coletivos por muito tempo em abrigos inadequados, quando existem, ou expostas ao sol e à chuva. O prefeito Edmilson Rodrigues disse ter definido o valor de quatro reais para a passagem de ônibus pensando nas dificuldades econômicas da população, referiu. Considerou, porém, quatro reais um valor muito alto em face da qualidade do serviço. Discordou do pagamento de subsídio às empresas de ônibus, afirmando que o dinheiro do contribuinte não deve ser usado dessa forma e que toda atividade empresarial envolve riscos. O ramo de transporte público é muito lucrativo, opinou, expressando a certeza de haver várias empresas do setor esperando uma oportunidade para atuar em Belém, aguardando ansiosamente a licitação do sistema de transporte de nossa cidade. O subsídio à gratuidade concedida aos idosos e da meia passagem aos estudantes pode ser feito a partir de um estudo dos custos envolvidos, acedeu. As empresas de ônibus atuantes em nossa capital lucraram muito durante anos, mas atualmente, em uma época de crise, querem auxílio da Prefeitura Municipal de Belém – PMB, apontou, julgando isso incorreto porque os empresários não souberam administrar os lucros obtidos anteriormente. Os recursos públicos devem ser investidos em prol da população e não no custeio da atividade empresarial, definiu. As unidades básicas de saúde de Belém não dispunham de médicos e as mulheres não conseguiam fazer o exame preventivo de câncer do colo uterino, inteirou, e o dinheiro do contribuinte deve ser investido no atendimento a necessidades como essas, indicou. Pablo Farah considerou positiva a aprovação por esta Casa, na sessão anterior, do projeto de lei de autoria do vereador Zeca Pirão permitindo a circulação de táxis com passageiros na pista do BRT, afirmando que isso traria maior fluidez ao trânsito em nossa cidade. Defendeu a liberação em alguns horários das faixas exclusivas para ônibus, contando ter encaminhado à Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém – Semob um pedido de estudo sobre a diminuição do tempo de exclusividade dessas faixas. Atualmente, de seis às vinte e duas horas, somente ônibus podem circular por elas e muitas vezes ficavam desocupadas enquanto nas outras faixas havia grande número de veículos, comentou. Sugeriu que os táxis com passageiros também pudessem usar as faixas reservadas aos ônibus. Os motoristas ficavam sempre sobressaltados em nossa cidade devido ao risco de multa, pois em vias com velocidade máxima de 80 km/h, segundo a sinalização, havia radares estabelecendo o limite de 60 km/h e em vias com velocidade máxima de 60 km/h, de acordo com a sinalização, havia radares limitando a velocidade máxima em 40 km/h, reportou. Desse modo, continuou, os motoristas eram multados apesar de seguirem as indicações estabelecidas. O bilhete único para o sistema de transporte, já aprovado neste parlamento, deve ser efetivado, assim como os ônibus dotados de ar condicionado, uma vez que a atividade das empresas transportadoras seria subsidiada, cogitou. O transporte clandestino somente existe porque o serviço oferecido pelo Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belém – Setransbel é deficiente, supôs. Os empresários estavam reduzindo o número de ônibus em circulação e extinguindo algumas linhas, denunciou. Em aparte, manifestou-se o vereador Roni Gás. Gizelle Freitas aludiu à sessão especial realizada no dia anterior, neste Salão Plenário, da qual foi proponente, para discutir a legislação federal estabelecendo a cota de gênero nas eleições e os direitos políticos das mulheres. A fraude nas cotas de gênero tornara-se, infelizmente uma prática corriqueira nos processos eleitorais, lamentou. Fez referência à aprovação recente, na Câmara Federal, de uma

emenda constitucional anistiando os partidos políticos que não cumpriram a cota de gênero e não repassaram 5% do fundo partidário às candidatas. A aprovação dessa emenda faz parte de uma ofensiva contra candidaturas feministas, afirmou. Se as mulheres não lutarem pela pauta das mulheres, ninguém mais o fará, assegurou, do mesmo modo, prosseguiu, se as pessoas negras não lutarem pela pauta das pessoas negras, ninguém mais o fará. Travavam uma luta ampla pelo direito das mulheres de ocupar os espaços de poder, queriam participar da elaboração das políticas públicas e não apenas as receber, enunciou. A maior parte do eleitorado brasileiro é composta por mulheres, segundo dados do site do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, mas menos de 20% dos espaços nos parlamentos são ocupados por mulheres, contrastou. Saudou os servidores da Secretaria Municipal de Educação - Semec presentes à sessão, observando haver várias categorias de servidores públicos e de trabalhadores do setor privado em greve no país. Solidarizou-se a esses profissionais argumentando que a greve somente ocorria quando se fazia necessária, visando reajuste salarial ou melhores condições de trabalho. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pablo Farah solidarizou-se também à luta dos servidores municipais, dando-lhes as boas-vindas à CMB, a Casa do Povo. Externou ficar triste pelo veto integral do presidente Jair Bolsonaro à Lei Paulo Gustavo (Projeto de Lei Complementar nº 73/2021), que previa destinação de recursos à área da cultura, muito atingida pela pandemia. Manifestou a esperança de que o Congresso Nacional derrubasse o veto e a lei entrasse em vigor. Pela liderança do bloco DEM – Patriota – Cidadania, Josias Higino especulou que o Brasil é o país onde mais leis são criadas, mas também é o país onde elas são menos obedecidas. Comparou o problema do transporte público em Belém a uma doença incurável. Quando trabalhava como cobrador de ônibus, recordou, as empresas obtinham lucros e mais lucros, mas os empresários sempre diziam aos funcionários que estavam no vermelho. Viajavam frequentemente durante o ano a Portugal, mas não dispunham de recursos para pagar os funcionários. O prefeito tinha então que sentar à mesa com eles para negociar, porque se não o fizesse os empresários boicotariam o transporte urbano de Belém. Atualmente, postulou, vivemos a mesma situação, com ônibus sucateados, paradas sem abrigo ou com abrigos em situação precária, mas vem o aumento do preço da passagem e a PMB ainda deve subsidiar o transporte público. Julgou isso inaceitável, opinando que o serviço deve ser de boa qualidade e o prefeito deve sim sentar à mesa com os empresários, mas para perguntar-lhes o que tinham a oferecer à população de Belém. Falando posteriormente pela liderança da Oposição, Josias Higino declarou ter sido discriminado quando produzia o evento Louvor Belém, que chegara a reunir dez mil pessoas no Entroncamento, trazendo bandas e cantores de outras regiões do país. Os ganhos obtidos com o evento destinavam-se a auxiliar os necessitados, os mais carentes e bancar projetos sociais, atestou. Citou, porém, o exemplo de uma cantora que recebe verbas do Ministério da Cultura, faz eventos para muitas pessoas, já tendo o show pago, e fica com todo o lucro, não trazendo benefícios ao povo. Expressou ser contrário a esse tipo de financiamento, mas favorável ao incentivo a atividades culturais como o Boi Bumbá, as quadrilhas juninas e o carnaval. Finalizou seu pronunciamento hipotecando também apoio à luta dos funcionários municipais. Assumiu em seguida a presidência da Mesa a vereadora Enfermeira Nazaré Lima. Pela liderança do PT, Amaury da APPD solidarizou-se à causa dos funcionários públicos municipais, desejando-lhes êxito em suas reivindicações. Em relação ao transporte público de Belém, assinalou que, quando pleiteiam um aumento no preço da passagem, os empresários sempre recorrem à justificativa de que precisam melhorar a frota, pois os ônibus estão sucateados, mas em nenhum momento a frota em circulação na cidade apresentou boas condições de trafegabilidade, sem colocar em risco a vida das pessoas. Mencionou a lei de autoria do vereador Fernando Carneiro, aprovada nesta casa e já sancionada, determinando que, a partir das vinte e duas horas, os ônibus parassem em qualquer ponto do trajeto para que mulheres, idosos e pessoas com deficiência pudessem descer em locais mais seguros. Essa lei tem mais de dois anos, mas ainda não foi colocada em prática porque existe um lobby muito forte dos empresários de ônibus que impede a adoção de qualquer melhoria ou mudança humanitária no serviço de transporte, testificou. Na gestão do prefeito Duciomar Costa, lembrou, os empresários foram beneficiados com a anistia de quase noventa milhões de reais para que melhorassem a qualidade do transporte público, mas nada mudou. Os rodoviários devem ter boas condições de trabalho e a população deve ter um transporte digno, sem passar por tantos constrangimentos como ocorre cotidianamente em nossa capital, referiu. Durante este pronunciamento, assumiu a presidência da Mesa o vereador Bioco. Pela liderança do PSOL, Fernando Carneiro saudou os servidores da Semec presentes à sessão, cientificando sempre atuar em defesa dos servidores e servidoras do município de Belém. Registrou ter apresentado e incluído no Plano Plurianual 2022-2025 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022 uma emenda garantindo o realinhamento do salário-base pago pela PMB ao funcionalismo ao salário mínimo nacional, sendo ela assinada por todos os vereadores e vereadoras desta Casa e aprovada por unanimidade. Exteriorizou partilhar da ideia de que a educação não é feita apenas pelos docentes,

mas sim por todos os trabalhadores da escola, incluindo as pessoas que atuam na segurança, na elaboração da merenda escolar, na limpeza da escola e no setor administrativo. Por esse motivo, retomou, temos o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação Pública do Pará – Sintep e não um sindicato apenas dos professores. Dirigindo-se aos servidores, reconheceu que todas as suas reivindicações eram justas. Entretanto, alertou, muitas das pessoas que agora declararíamos apoiá-los, à época do governo de Zenaldo Coutinho votaram pela extinção de cargos em Belém e jamais se levantaram pela reposição salarial dos servidores municipais. Memorou ter lutado durante oito anos contra o desmonte do serviço público promovido pela gestão de Zenaldo Coutinho, batendo-se contra a extinção dos cargos no município de Belém e pela valorização do funcionalismo. Lutou muito para derrotar a gestão municipal anterior e eleger Edmilson Rodrigues prefeito de nossa capital, anunciou, exprimindo que o atual governo é o seu governo, pois representa os interesses da classe trabalhadora. Entretanto, esclareceu, isso não impediria que em alguns momentos atuasse para forçar o governo a abrir negociação com os servidores, agindo no interesse destes. A forma de lutar por seus direitos é uma escolha da categoria, não cabendo a ninguém de fora dizer como devem ou não devem agir, ponderou. Por outro lado, refletiu, não se pode criminalizar a luta por direitos e não se deve permitir nenhum tipo de assédio aos trabalhadores em relação ao embate que travavam pelo atendimento às suas reivindicações. A gestão municipal estava aberta à negociação, presumiu, externando confiar que o diálogo seria estabelecido. Sugeriu a formação de uma comissão de servidores para conversar com os vereadores, que fariam a mediação entre eles e a PMB. Pela liderança do bloco PP – Podemos – Pros, Miguel Rodrigues, falando em nome dos vereadores do bloco, declarou apoio às reivindicações dos servidores da Semec. Pediu às lideranças do Governo na Casa que encaminhassem a negociação entre esses trabalhadores e a PMB. O vereador Igor Andrade pediu depois Questão de Ordem solicitando que um grupo de vereadores recebesse uma comissão dos servidores da Semec na Sala VIP, anexa ao Salão Plenário, para dialogar e encontrar, junto à PMB, a melhor forma de atender às demandas da categoria. Encerrado o Horário de Liderança, o presidente Bieco solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico para verificação de quórum. Em seguida, o presidente Bieco, atendendo à Questão de Ordem do vereador Igor Andrade, suspendeu a sessão para que os vereadores recebessem uma comissão de cinco funcionários da Semec. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia e o presidente encerrou a sessão, às dez horas e quatro minutos. Estavam licenciados os vereadores Altair Brandão, Matheus Cavalcante e Moa Moraes. Justificaram suas ausências os vereadores Blenda Quaresma, Fábio Souza, Goleiro Vinícius, Juá Belém, Lívia Duarte e Zeca Pirão. Estiveram presentes os vereadores: Pastora Salete e Josias Higino, pelo bloco DEM – Patriota – Cidadania; Miguel Rodrigues, Renan Normando, Roni Gás e Túlio Neves, pelo bloco PP – Podemos – Pros; John Wayne, pelo MDB; Enfermeira Nazaré Lima, Gizelle Freitas e Fernando Carneiro, pelo PSOL; Bieco, pelo PL; Mauro Freitas, pelo PSDB; Amaury da APPD e Bia Caminha, pelo PT; Allan Pombo, pelo PDT; José Dinelly, pelo PSC; Dona Neves, pelo PSD; Lulu das Comunidades, pelo PTC; Igor Andrade, pelo Solidariedade; Pablo Farah, sem partido. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 06 de abril de 2022.

1ª Secretária

Presidente

2º Secretário